

Ministro prevê maior acesso às universidades

Cláudia Lobo
Do Rio

A entrada das classes menos favorecidas na universidade será realidade em breve, garantiu ontem Paulo Renato, Ministro da Educação. "Agora os pobres chegarão às universidades e o próximo governo terá que discutir isso", garantiu a uma plateia de economistas e educadores, na abertura do seminário "Educação e Desenvolvimento" promovido pelo Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O ministro e candidato potencial à presidência da República apontou como pilar dessa nova possibilidade a bolsa-escola, criada no governo Fernando Henrique, que distribui até R\$45 à famílias com filhos na escola. O programa subsidia até três crianças por família, pagando R\$ 15 por matrícula.

Na sua ótica, o desenvolvimento sustentado só será possível no Brasil se o desenvolvimento econômico seguir junto com a educação no país. O ministro considerou bem encaminhada a questão do ensino fundamental, que atingiu alto índice de ingresso de crianças de sete a 14 anos nas escolas. Os dados do Ministério indicam que o número de crianças dessa faixa etária matriculadas passou dos 92,7% registrados em 1994 (antes da posse do presidente Fernando Henrique Cardoso) para 97% em 1999.

O próximo passo, anunciou, é a universalização do acesso dos jovens ao ensino médio cuja discussão poderá começar "no ano que vem ou no próximo quando forem revistos

os critérios do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério)". O Fundef tem duração de dez anos e expira em 2007.

Mesmo reconhecendo os méritos da política de incentivo financeiro para manter crianças na escola, o economista da PUC do Rio, Francisco de Hollanda Ferreira, frisou que "somente a política voltada para a educação não garantirá solução para as desigualdades sociais no país".

Ele defendeu o desenvolvimento de incentivos diferenciados para os diferentes níveis escolares, incluindo famílias novas ainda sem filhos e pessoas em idade de aposentadoria. No caso das famílias novas sem filhos, o financiamento seria um estímulo ao ingresso futuro das crianças na escola e dos inativos porque a política de previdência brasileira é regressiva.

Ferreira desenvolveu este projeto em parceria com outro especialista da PUC-Rio, José Marcio Camargo. Segundo o modelo, o subsídio poderia variar de R\$ 150 a R\$298. O projeto foi desenvolvido a pedido da Secretaria de Política Econômica no ano passado. A base da pesquisa foi 1999 e detectou, entre outros resultados, que o nível de escolaridade dos negros e brancos brasileiros são menores que os dos negros e brancos sul-africanos.

Além disso, mesmo com o apartheid naquele país, os negros têm melhor qualidade educacional do que os brancos brasileiros. Nessa estratificação educacional, os negros brasileiros são os que estão na rabeira em matéria de escolaridade.